

Exposição Nacional de 1908:

O Abre-alas carioca na passagem da capital federal à cidade maravilhosa

1908 National Exhibition: the Rio de Janeiro opening float on the passage from the federal capital to the marvelous city

Raphael Soares Mioti
Mestrando em História Política pelo PPGH-UERJ
raphaelmiot@hotmail.com

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar a conjuntura político-cultural da cidade do Rio de Janeiro através da Exposição Nacional de 1908. Visa observar por quais meios o regime republicano se utilizou da cidade como uma de suas principais ferramentas políticas e ideológicas, fazendo uso do urbanismo e das paisagens que emolduravam o progresso material para projetar o cenário urbano carioca como cartão postal e principal canal de síntese do Brasil. Isso pode ser percebido na construção da imagem da cidade maravilhosa como o lugar do acontecer nacional, ao mesmo tempo em que era tematizada pelo campo literário, espaço privilegiado de discussão e de análise desse período marcado por transformações urbanísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-chave: Exposição Nacional de 1908; Rio de Janeiro; cidade maravilhosa.

ABSTRACT: The article aims to analyze the political-cultural situation of the city of Rio de Janeiro through the National Exhibition of 1908. It aims to observe through which means the republican regime used the city as one of its main political and ideological tools, making use of urbanism and the landscapes that framed material progress to project Rio's urban scene as a postcard and main channel of synthesis of Brazil. This can be seen in the mimetic construction of the wonderful city as the place of national happenings, at the same time that it was thematized by the literary field, a privileged space for discussion and analysis of this period marked by urban transformations.

KEYWORDS: National Exhibition of 1908; Rio de Janeiro; wonderful city.

Exposição Nacional de 1908: Rio de Janeiro, porto aberto do Brasil

As reformas urbanas de 1903-1906 produziram um novo cenário para a cidade do Rio de Janeiro (Benchimol, 1992; Rodrigues, 2002; Azevedo, 2015). Pensadas na lógica de reorganização dos espaços físicos da cidade, as reformas foram as ferramentas utilizadas pelo sistema republicano para atenuar e circunscrever o Brasil no concerto das economias ocidentais do período. As obras direcionadas ao reordenamento portuário tiveram grande mobilização, principalmente para readequar o equipamento às novas exigências e demandas do capitalismo mundial. Do ponto de vista político e ideológico, a cidade do Rio de Janeiro, que após a Constituição de 1891 havia se transformado em Distrito Federal, sofreu inúmeras intervenções ligadas aos movimentos de racionalização e higienização dos espaços, ações que traziam consigo paradigmas oriundos dos anos 1870. A Comissão de Melhoramentos, liderada por Francisco Pereira Passos, cujos relatórios datam de 1875 e 1876, tomou as reformas europeias da segunda metade do século XIX como referências com o fito de melhorar o saneamento e as condições viárias da cidade. No Brasil, essas reformas deveriam apontar a capital como modelo de civilização e ordenamento nos trópicos (Lessa, 2000, p. 185).

Muitas cidades do Novo Mundo trazem consigo uma particularidade em sua história: foram fundadas e ocupadas do litoral em direção ao interior e não o contrário. Isso significa que o porto, em cidades como o Rio de Janeiro, não apenas cumpriu sua função primária como porta de entrada de produtos e pessoas, mas também ditou os rumos e a organização dos espaços, levando ao entendimento de que reformulação urbana e reorganização portuária caminharam em sintonia desde a fundação da cidade (Rodrigues, 2002, p. 21). Traçando um paralelo entre a função portuária e sua importância na ocupação e desenvolvimento da cidade, observa-se outro ponto de interessante análise: as reformas urbanísticas foram ferramentas constantes para atenuar ou reduzir a distância em

relação à modernidade. Ou seja, na ausência de modelos econômicos e técnicos capazes de promover o ingresso do Brasil na dinâmica capitalista, coube ao urbanismo a tarefa de estabelecer um espaço de diálogo entre eles, mesmo que sua população não estivesse plenamente ligada por vínculos materiais ou econômicos a tal lógica capitalista. As reformas foram os atalhos escolhidos pelas classes dirigentes para atenuar a distância técnica e material que economias periféricas possuíam em comparação com as nações desenvolvidas (Gorelik, 2003, p. 13).

A cidade reformada, e, portanto, saneada, civilizada e embelezada, que apresentou a Exposição Nacional de 1908 era fruto direto dessa relação entre porto e urbe. Na ocasião da comemoração do centenário da abertura dos portos às nações amigas, a cidade ainda experimentava as consequências das obras realizadas em seu porto e suas ruas, que foram intervenções conduzidas respectivamente por Francisco Bicalho e Paulo de Frontin. Se em 1808 o movimento da coroa portuguesa foi o de alçar o Rio de Janeiro ao patamar de capital do império colonial português, cem anos depois a ideia era integrar a cidade ao cosmopolitismo moderno, apresentando sua nova faceta ligada às maravilhas e ao uso da técnica como elementos basilares de seu cartão de visitas. A *Belle Époque* cariocaⁱ expunha com orgulho suas novas cores e curvas por meio de uma paisagem deslumbrante que sofrera intervenções do engenho humano, como se observa na abertura de avenidas à beira-mar, seja a Guanabara ou ao Atlântico. A exposição nacional, além de uma valiosa oportunidade, representava a cidade renovada que se inaugurava e que agora se estabelecia como elemento de vanguarda brasileira, aberta ao mundo em sua configuração moderna.

O presente artigo tem o objetivo de apresentar como as mudanças vinculadas à cidade, na primeira década do século XX, utilizaram o urbanismo conjugado ao progresso material como ferramenta principal para se projetar no cenário político nacional, bem como ampliar sua presença no cenário internacional das grandes metrópoles, sendo a

Exposição Nacional de 1908 uma oportuna metáfora para o momento. No campo político brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro no alvorecer do século XX, apresentava-se como baluarte do sistema republicano, promovendo os ideais de eficiência e progresso material, valores muito almejados por uma jovem república para a qual foi central o uso intenso de seu projeto urbanístico em torno da Capital Federal a fim de propagar sua legitimidade política (Lessa, 2000, p. 188).

Já no contexto internacional, após o processo de reforma urbanística e viária, materializada nas gestões de Rodrigues Alves e Pereira Passos (1903-1906), a ideia era outra: a cidade precisava urgentemente revitalizar as operações de seu porto, tido como obsoleto e ultrapassado nas últimas décadas do século XIX. Suas estruturas físicas apresentavam-se incompatíveis com a velocidade e eficiência exigidas pelo transporte marítimo do período. Somados a esses fatores, observavam-se as perdas nos custos operacionais e a necessidade de aumento de receita em torno da tributação das operações portuárias, exemplos práticos da importância das reformas naquele contexto (Sevcenko, 1983; Benchimol, 1992; Azevedo, 2015).

As alegorias políticas: Os desejos e “fetiches” oligárquicos em “carne e pedra”ⁱⁱ

A Exposição Nacional de 1908 teve como uma de suas características principais o fato de ser um evento voltado ao cenário interno brasileiro. Durante quase três meses em funcionamento, a feira contou com um público estimado em 1 milhão de pessoas, tendo a participação de todos os estados da federação, que enviaram pavilhões próprios ou estandes, incluindo os do Distrito Federal e o do ministério da Indústria e Comércio. Ao longo de todo o século XIX, a ideia de educar o olhar do espectador às novidades foi amplamente utilizada nas sociedades burguesas ocidentais para as quais a produção de imagens consistia em uma valiosa ferramenta

capaz de emular um sentido de progresso que se fizesse presente no imaginário coletivo das cidades do Ocidente civilizado. As exposições industriais e comerciais começaram a ter seus primeiros ensaios na França a partir do século XVIII, com o objetivo de trazer ao público suas próprias produções e fomentar uma imagem de desenvolvimento que rivalizasse com a industrialização inglesa. As feiras de caráter universal, aquelas que serviam de termômetro das atividades industriais e comerciais de diferentes países, só aconteceriam pela primeira vez em 1851, em Londres (Pereira, 2010, p. 8).

O evento seria, em sua síntese, uma representação do progresso, já que a representação consiste na exibição de uma presença pública de algo ou de um ideal (Chartier, 1990). Assim, a distinção fundamental entre representação e representado, ou entre signo e significado, teriam em comum a tentativa de fazer com que a identidade do ser não fosse outra coisa senão a aparência da representação. Sua existência estava invariavelmente ligada aos signos que lhe atribuíam sentido (Chartier, 1990, p. 21). A ação da representação seria confundida pela imaginação, que utiliza os signos visíveis como provas de uma realidade inexistente. Quando deturpada pela imaginação, a representação se transforma em ferramenta capaz de produzir respeito e subordinação, convertendo-se em instrumento de poder capaz de criar constrangimento interiorizado nos indivíduos. Ao abordar a categoria representativa, Roger Chartier (1990) argumenta que, entre o seu significado e a noção de sentido produzida no observador, estariam estabelecidos signos de poder, que posteriormente se fariam interiorizar no indivíduo.

A visão comparativa presente nessas exposições acirrou e consolidou práticas culturais e sociais, nas quais a exibição e o julgamento da capacidade técnica e civilizacional estavam em discussão. Ligada a esses fatores, concorria também a ideia de inserção das nações em um contexto de progresso e consumo. Embora as feiras fossem dedicadas à celebração das novidades e seus constantes aprimoramentos, o caráter ideológico

ligado a uma ideia de progresso e civilização, presente na lógica iluminista, se propagou por um processo de permanências no imaginário coletivo. (Benjamin, 2009, p. 40) Ao mesclar a racionalidade técnica com ambientes elaborados para despertar a ludicidade das novidades, as feiras traziam consigo um conjunto de mensagens que transformavam os frequentadores em um amplo contingente de consumidores em potencial. As feiras não serviam apenas para o consumo material, mas também ideológico, uma vez que elas propagavam um modelo civilizacional pautado pela expressividade da técnica e dos seus resultados materiais imediatos.

A organização de exposições internacionais no continente americano na virada do século XIX para o XX apresenta os primeiros indícios das mudanças no eixo econômico capitalista europeu, que paulatinamente, começava a ser ultrapassado pela economia estadunidense. A presença brasileira em exposições universais remonta à primeira delas, ocorrida em Londres em 1851, e se estende até a Feira Mundial de Nova Iorque, em 1939. Ao longo do tempo, o Brasil ampliou seu catálogo de produtos, inicialmente com algumas vitrines em 1851, chegando a construir posteriormente grandes edifícios, como por exemplo o Palácio Monroe, erguido para a Exposição Universal de Saint Louis, em 1904. A participação do Brasil serviu como uma espécie de teste da inserção econômica nacional no cenário internacional. Com uma estrutura ligada ao setor exportador agrícola, havia a necessidade de se posicionar no chamado “concerto das nações” durante o período, e, na ausência de parques industriais refinados no Brasil, coube à engenharia o papel de ser o cartão de visitas brasileiro nas exposições internacionais da última década do século XIX, em especial aquelas lideradas por Francisco Marcelino de Souza Aguiar em Chicago, em 1893, de onde saiu vencedor, e em Saint Louis, em 1904 (Pereira, 2010, p. 13).

A engenharia já desempenhava enorme influência na capital federal desde a segunda metade do século XIX, sintetizada pela criação do Clube de

Engenharia, em 1880, que tinha entre seus membros os nomes daqueles que, posteriormente, levaram a cabo as reformas urbanas de 1903-1906. Por ser uma área técnica de afirmação do progresso material nacional, o uso da engenharia foi uma ferramenta estratégica encontrada pelos políticos republicanos durante as primeiras décadas do século XX, para reordenar e estabelecer padrões ideológicos iluministas vinculados a noções de civilização e progresso. Neste cenário, é possível observar o entusiasmo ao instituir a Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro. O evento foi a sétima exibição nacional realizada na cidade, porém com dimensões inéditas, que revelavam a intenção de que fosse utilizada como uma ferramenta de propaganda interna (Pereira, 2010, p. 13). O sucesso brasileiro na feira de Saint Louis em 1904 serviu de incentivo aos setores das classes dirigentes. A ideia de estabelecer uma feira nacional foi especulada na imprensa durante o Congresso de Expansão Econômica de 1905. Os veículos de informação estiveram alinhados ao governo na promoção do evento, em especial a Gazeta de Notícias, que durante o período era dirigida por Olavo Bilac, reconhecido entusiasta das reformas urbanas ocorridas na cidade. Além de implicações políticas e econômicas, a exposição tinha como objetivo consolidar valores burgueses no imaginário social brasileiro em um novo contexto urbano. Por motivos ligados à data comemorativa, a única nação estrangeira convidada a participar da Exposição foi Portugal. Os estados brasileiros, por sua vez, construíram seus pavilhões refletindo as disputas políticas do sistema republicano à época. Em sua dissertação, Ruth Levy argumenta que entre os maiores pavilhões destacavam-se os da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. O estado de Santa Catarina também construiu um pavilhão, porém mais modesto nas proporções e de arquitetura menos ornamentada que os demais (Levy, 1998, p. 84). Ao analisar de forma mais detida os três primeiros, é possível perceber algumas questões ligadas ao momento político brasileiro: as proporções que os pavilhões de São Paulo e Minas tinham em comparação com os demais, sendo inclusive o paulista maior do que o representante do Distrito Federal, ilustram a importância política do eixo Minas-São Paulo na formatação do modelo oligárquico que

dominou a Primeira República.

A realização de construções com proporções assimétricas também refletia algumas questões que ainda estavam em disputa no cenário político nacional. Afinal, falamos de um sistema que havia atravessado fortes crises na última década do século XIX e que, já nos primeiros anos do novo século, havia sofrido com episódios como a Revolta da Vacina. Em 1904, durante a gestão de Pereira Passos e a coordenação sanitária de Oswaldo Cruz, ocorreram revoltas e distúrbios sociais que mascaravam o descontentamento com a vacinação obrigatória, trazendo inúmeras querelas não totalmente resolvidas com relação ao sistema republicano e ao modelo de racionalização urbana proposto (Benchimol, 1992; Pamplona, 2003; Sevchenko, 2018). Observar as diferenças entre o modesto pavilhão de Santa Catarina e a imponência do conjunto arquitetônico de São Paulo era também perceber como os regionalismos políticos traziam consigo suas contradições e rivalidades. Coube ao Rio de Janeiro da *Belle Époque* tropical ser um cenário “neutro”, ou no limite, a sede para onde todos os interesses deveriam convergir. Estes precisariam ser absorvidos pelo modo de vida que a capital federal irradiava e consolidar a aceitação das assimetrias que o arranjo político impunha (Lessa, 2000, p. 191).

A própria concepção do pavilhão do Distrito Federal é um fator que denota os interesses políticos em torno da exposição: um conjunto arquitetônico de 1.100m², projetado pelo engenheiro Francisco de Oliveira Passos, mesmo autor do projeto do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. O edifício do Distrito Federal caracterizava-se por sua aparência sóbria e por ser o símbolo da República. Em seu interior, trazia diversos catálogos gráficos sobre os números da administração municipal, além de mapas e textos sobre o Brasil. A característica didática do pavilhão reforça a orientação ideológica e os interesses do sistema republicano em torno da exposição (Pereira, 2010, p. 23). A Exposição Nacional de 1908 pode ser entendida como um evento-teste realizado pelo regime republicano, onde a receptividade do Rio de Janeiro como cabeça política do país e sua

capacidade de aglutinar interesses diversos foi observada. A associação entre agentes formadores de opinião pública e as instituições organizadoras também denotam a ideia de promover a cidade como arena de confluência entre o capital político e econômico (Freitas; Fortuna; Elias, 2011, p. 10).

Exposição nacional de 1908: em cena A Cidade Maravilhosa

O ano de 1908 é marcado pela intensa atividade literária ligada à cidade do Rio de Janeiro, fruto direto da modernização dos meios de comunicação ligados à imprensa. O campo da memória, por si só, diferencia-se em muito quando comparado à produção historiográfica. A memória é arbitrária e possui a característica de modificar seus significados para continuar se adequando à realidade vivida (Nora, 1993, p. 9). Nesse sentido, a valoração dos lugares e seus simbolismos também passam por esta operação de continuidade. No caso específico do Rio de Janeiro, isso não é diferente. A literatura tentou de diversas maneiras produzir um elo de entendimento entre o espaço renovado e sua tradição, nem sempre conseguindo o resultado esperado. Porém, o campo literário serviu como um dos grandes decodificadores da modernidade carioca, traduzindo as mudanças e por vezes adequando-as ao ambiente local.

Os periódicos modificaram significativamente o olhar sobre a cidade, devido a algumas mudanças técnicas já estarem em andamento desde fins do século XIX, como por exemplo: a disseminação da fotografia e a expansão das crônicas na mídia impressa (Sussekind, 1987). A fotografia, como expressão da modernidade, ajudou a forjar uma imagem-desejo (Benjamin, 2009, p. 41), onde a paisagem era utilizada como uma tentativa de atenuar os impasses e tensões de um tempo efêmero e instável. Assim, já no início do século, a cidade é apresentada pela fotografia em seus contornos mais sedutores, que agora, acompanhados das poderosas obras ligadas à técnica construtiva, impulsionavam a autoestima carioca a

novos patamares. A tematização da cidade como personagem de visual renovado se traduziu como aparato narrativo, em compasso com a modificação na percepção dos habitantes, dando aos veículos de imprensa posição privilegiada na construção narrativa sobre o período, especialmente aos cronistas, que de perto observaram os movimentos da transformação, colocando-se na posição de tradutores dos novos tempos. A cidade deixava de ser apenas endereço dos acontecimentos narrados nas crônicas e passava ela mesma a ser personagem das narrativas.

No ano de 1908 são publicadas algumas das obras que se tornariam referências literárias do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX, como "A Alma Encantadora das Ruas", coletânea de textos escritos por Paulo Barreto na Gazeta de Notícias e na revista Kosmos. A coletânea traz um conjunto de crônicas e reportagens do autor sobre os diferentes aspectos da cidade, muitas vezes expondo o caráter contraditório dos processos ligados ao urbanismo e seus efeitos imediatos nos costumes e práticas da população. A cidade sofreu profundas alterações em seus aspectos físicos, mas as reminiscências do passado colonial ainda se faziam presentes em muitas formas de sobrevivência encontradas pelo autor nas ruas. Isso aponta que a Cidade Maravilhosa não se resumia apenas ao embelezamento estratégico ou à apresentação da cidade nos modos de viver do ocidente burguês. A urbe pulsante e contraditória dava o tom das mudanças, formando entre a tensão do moderno e o passado paradigmas singulares de sua transformação (Rodrigues, 2002, p. 27). O ano da exposição também coincide com o período de publicação da obra atribuída como fundadora do epíteto moderno da cidade. Publicado originalmente em 30/10/1908, "Os Sertanejos" é o título da crônica que teria, pela primeira vez, estabelecido o Rio de Janeiro como a Cidade Maravilhosa. Embora esta informação não seja suficiente para garantir a Coelho Neto a autoria do termo, ela é relevante no modo como nos apresenta o espírito do período (Xavier, 2017, p. 90).

As exposições nacionais e internacionais ligadas ao desenvolvimento técnico- industrial foram elementos importantes para a disseminação do capitalismo burguês desde a segunda metade do século XIX. Ao demonstrar a capacidade criativa e seu grau de desenvolvimento, as nações ocidentais utilizavam as exposições como ferramentas ideológicas de mão dupla: ao mesmo tempo que propagandeavam seu progresso tecnológico, procuravam atrair investimento internacional. Logo, numa capital que se modernizara, surgia a necessidade de apresentar os objetivos atingidos com a transformação material das estruturas, bem como propagandear a eficiência do sistema político que estava conduzindo os processos de modernização.

Considerações finais

Ao observar a Exposição Nacional de 1908, torna-se nítida a tentativa de produzir, através de representações ligadas ao aparato tecnológico, uma perspectiva de progresso. Mas não apenas uma evolução material; o que transfigurava as ambições do sistema republicano deveria dialogar com o palco escolhido para tal empreitada: a cidade do Rio de Janeiro, reestruturada para atender aos novos paradigmas do capital e, simultaneamente, servir de modelo e baluarte da capacidade institucional republicana. Isso deveria corresponder ao intuito de produzir respeito e subordinação à autoridade estatal. A Capital Federal tornara-se a representação de diversos interesses, por isso deveria capitanear o conjunto de representações que tinham entre seus objetivos produzir subordinação ao novo sistema político e manter sua hegemonia como principal arena política do país. Como observado por Carlos Lessa: “O Rio seria o fórum asséptico, guardião e depositário do pacto oligárquico, o lugar de construção do marco zero da República e a moldura para dignificar a Presidência” (Lessa, 2000, p. 188). Atuando como palco privilegiado das representações e guardião do equilíbrio institucional, a cidade mantinha sua hegemonia política, sendo a vanguarda nas manifestações produzidas pelo sistema republicano para acentuar a

capital federal em sua distinção em relação às demais capitais brasileiras. Grandes eventos e manifestações de grande escala seriam reflexos do Rio de Janeiro como agente de identificação do Brasil e das potencialidades nacionais.

Ao se tornar o modelo nacional, a urbe carioca foi depositária de eventos que tinham como meta condensar os mais diversos interesses e ambições políticas e ideológicas. Nesse contexto, a Exposição Nacional de 1908 pode ser observada como uma das primeiras ações coordenadas do sistema republicano para viabilizar a capital federal como expressão mimética da nação, um microcosmo que trazia consigo a exemplaridade e, de maneira mútua, abarcava interesses nacionais e econômicos. A análise dos pavilhões dos estados demonstra que as oligarquias que governavam o sistema republicano projetaram o Rio como porta de entrada do Brasil e pano de fundo de suas intenções locais. Assim sendo, era necessário fazer da cidade um campo neutro, capaz de acomodar os mais diversos interesses regionais e também produzir significados que legitimassem o organismo oligárquico como ordem instituída e a capital como representação do progresso. Nesse processo, a esfera municipal carioca teve sua influência reduzida (Rodrigues, 2002, p. 24). Metaforicamente, o Portal Monumental da Exposição Nacional de 1908 demarcava a transmutação do Distrito Federal em Cidade Maravilhosa. Desse modo, a urbe carioca se apresentava como o epicentro das ambições cosmopolitas brasileiras, sendo a Exposição a primeira prova de fogo do Rio de Janeiro em seu modelo *Belle Époque*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, André Nunes. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. *Tempos Históricos*. Volume 19. 2º Semestre de 2015. p. p. 151-183.
- BENCHIMOL, Jaime Larry, 1953 – Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX / Jaime Larry Benchimol. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultura, Divisão de Editoração, 1992.
- BENJAMIN, Walter, 1892-1940. *Passagens / Walter Benjamin* – Belo Horizonte. Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- FREITAS, Ricardo Ferreira, FORTUNA, Vânia Oliveira, ELIAS, Roberto Vilela. *Rio de Janeiro, memória e a imagem da cidade-espetáculo*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis – uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- LEVY, Ruth. *Entre palácios e pavilhões: a arquitetura efêmera da exposição nacional de 1908*. Rio de Janeiro, EBA/UFRJ, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10.
- PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, repúblicas e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PEREIRA, M. A. C. S. *A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro*. *Arqtexto (UFRGS)*, v. 16, p. 6- 27, 2010.
- RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro”. In AZEVEDO, André Nunes (org.). *Anais do Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural / NAPE / DEPEXT / SR-3 / UERJ, 2002, pp. 11-43.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. – 3ª Edição. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo, 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República / Nicolau Sevcenko*. – 2ª edição – São Paulo. Companhia das Letras, 2003.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil / Flora Sussekind*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- XAVIER, Priscilla Oliveira. *Cidade Maravilhosa: imaginário, mito e identidade // Priscilla Oliveira Xavier*. – Rio de Janeiro, 2017.

Notas

ⁱ Período histórico compreendido entre a virada do século XIX para o XX e as duas primeiras décadas do século XX, em que a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações, ganhando ares cosmopolitas (Rodrigues, 2002).

ⁱⁱ Título da obra de Richard Sennett: *Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. SENNETT, Richard. 3^a Edição. Editora Record. Rio de Janeiro – São Paulo, 2003.